

Capítulo III

São Marcos, o retrato das metrópoles brasileiras

José Pedro Soares Martins

A região São Marcos, localizada no Norte do Município de Campinas, é o retrato perfeito do drama vivido pelas metrópoles brasileiras no início do século 21. Duas Campinas convivem lado a lado na região, formada por cerca de 20 bairros, onde vivem mais de 50 mil moradores e situada no distrito de Barão Geraldo. Vizinha do São Marcos, está a Campinas moderna, progressista e rica, representada pelos campus da Universidade de Campinas (Unicamp), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e da Universidade de São Francisco, por vários centros de pesquisa, pela quarta Ceasa em movimentação de alimentos no Brasil, por um parque industrial de alta tecnologia e por condomínios de luxo, devidamente cercados com muros ou grades.

Ao lado dessa Campinas que se projeta no cenário internacional está, na região do São Marcos, a Campinas de dezenas de favelas e áreas de ocupação mais ou menos recente, onde o esgoto corre a céu aberto e as doenças derivadas da falta de saneamento básico estão sempre presentes. Nesta cidade subterrânea, que muitos tentam esquecer ou sufocar, a renda per capita por família é uma das mais baixas de Campinas e, infelizmente, é onde se multiplicam negócios ligados ao narcotráfico. Os índices de violência são altos, a sensação de insegurança toma conta de todos os moradores.

Entretanto, nessa mesma Campinas marginalizada, excluída, têm sido constantes os sinais de esperança na busca de uma nova sociedade. Historicamente, a região do São Marcos está ligada a lutas sociais importantes e, nos anos recentes, é onde a ação da própria comunidade e de organizações não-governamentais e de pesquisadores e professores da Unicamp e outras instituições, muitos deles ligados ao IPES, estão procurando implantar os conceitos e princípios vinculados ao Programa Municípios/Comunidades Saudáveis defendidos pela OPAS/OMS.

Essas ações da comunidade organizada, e que às vezes têm o apoio do poder público, estão ajudando a construir na região São Marcos um modelo de cidadania ativa. A expectativa é a de que essas novas formas de exercer cidadania, baseadas na consolidação de uma economia solidária, em uma educação transformadora e em uma visão ampla da saúde, acabem funcionando como um espelho, no qual outras regiões, que vivem desafios semelhantes, possam se inspirar e, a partir disso, buscar também a necessária mudança de suas próprias realidades.

História de mobilização

A região hoje conhecida como a do São Marcos tem uma trajetória de mobilização social e política muito rica e importante para a história de Campinas. A região está localizada ao longo da bacia do Ribeirão Quilombo, que tem suas nascentes onde atualmente se situa a Escola de Preparação de Cadetes do Exército (Especex), nos altos do bairro Chapadão, em Campinas. A Especex foi construída na área da antiga Fazenda Chapadão, uma das primeiras propriedades rurais de Campinas a ter a cana-de-açúcar, na segunda metade do século 18.

A Fazenda Chapadão era uma propriedade da família do capitão Domingos Teixeira Vilela, nascido em Braga, Portugal, e que, durante muitos anos, morou em Baependi, Minas Gerais, antes de se transferir para Campinas com a mulher Ângela Isabel Nogueira e os filhos. Junto com Antônio Ferraz de Campos, a família Teixeira Nogueira é apontada pelos historiadores como responsável pela introdução da cana-de-açúcar na região de Campinas.

Dois filhos do capitão Domingos Teixeira Vilela – Felipe Néri Teixeira e Joaquim José Teixeira Nogueira – são considerados como os primeiros donos de engenho na então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí, o primeiro nome oficial de Campinas. A Freguesia foi fundada a 14 de julho de 1774. Durante um longo período as famílias Teixeira Nogueira e Camargo dominaram a política local, em conjunto com outras famílias também de senhores de engenho.

A cana-de-açúcar, que começou sua história na região na Fazenda Chapadão, foi responsável pela rápida transformação daquela pequena Freguesia, então um bairro rural de Jundiáí, em uma das povoações mais prósperas da Capitania de São Paulo. Já em 1797, em

razão da força econômica e política resultante da cana, a Freguesia foi transformada em Vila. Foi a Vila de São Carlos, fundada a 14 de dezembro de 1797, o que significava a autonomia em relação a Jundiáí.

Os engenhos de cana construídos na Fazenda Chapadão e outras propriedades próximas foram, então, o motor inicial que acabaria transformando Campinas em uma das cidades mais importantes e ricas do Brasil. Contudo, em torno desses mesmos engenhos, vivia a população escrava, que morava nas senzalas, geralmente em péssimas condições sanitárias. Campinas foi um dos principais pólos de venda e compra de escravos no Brasil e está aqui, nessa característica, uma das origens de um processo de exclusão social e marginalização que no início do século 21 ainda gera muitos desafios.

População total e escrava de Campinas

ANO	POPULAÇÃO	ESCRAVOS
1767	185	-
1797	2,107	700
1836	6,689	3,917
1854	14,201	8,19
1874	31,397	13,685
1886	41,253	9,986

Fonte: Pupo, Celso M.M., IBGE e Camargo, J.F (citadas por Rosana Baeninger, em "Espaço e Tempo em Campinas – Migrantes e a expansão do pólo industrial paulista", Coleção Campiniana, Centro de Memória da Unicamp, Unicamp, Campinas, 1996

Em um movimento que ocorreu em todo Brasil Colônia, os escravos de Campinas também se rebelaram contra as más condições de vida a que estavam submetidos. Uma das formas de resistência dos escravos brasileiros era a formação de quilombos, comunidades onde viviam os escravos fugitivos, mas também indígenas e mesmo brancos geralmente perseguidos pelo sistema policial da época.

E foi graças a um quilombo, ou a mais de um, que ficou conhecida popularmente a região onde corre o Ribeirão Quilombo, entre a atual Especex, a região Norte de Campinas e os Municípios de Sumaré e Americana, até a sua foz no rio Piracicaba. A região do

Quilombo, assim era conhecida essa extensa área, é ocupada então, nos primórdios da Freguesia de Campinas do Mato Grosso e da Vila de São Carlos, pelos engenhos da cana-de-açúcar, instalados nas sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa aos seus protegidos.

Não existem grandes registros históricos dos quilombos formados nessa região, mas o nome “quilombo” permaneceu na memória popular durante muito tempo e em alguns documentos. Originalmente a região do Complexo São Marcos tem, assim, essa marca história, a de estar muito próxima de um, ou mais de um, dos vários quilombos constituídos por uma população que protestava e resistia contra as condições desumanas em que era obrigada a permanecer. A força da resistência dos escravos, como se sabe, está na base da rica cultura brasileira, formada ao longo de séculos desse encontro, nem sempre pacífico, das raças negra, indígena e branca.

O combate de Venda Grande

Mas a região do São Marcos não tem uma história rica de mobilização social apenas pela importante associação com a luta dos quilombolas, como eram conhecidos os moradores dos quilombos. A região também foi palco de um dos mais significativos episódios da história brasileira, a batalha, ou combate, de Venda Grande, que aconteceu durante a Revolução Liberal ocorrida no País na primeira metade do século 19.

A Revolução Liberal foi liderada, entre outros, pelo padre Antônio Diogo Feijó, que iniciou sua carreira religiosa em Campinas, onde teria sido o primeiro professor de “primeiras letras” da Vila, por volta de 1804. Os documentos da Câmara Municipal mostram que nesse ano os vereadores apelaram ao governador da Capitania, Antônio José de Franca e Horta, para confirmar a nomeação do padre Diogo Feijó como mestre-régio da Vila de São Carlos.

Segundo João Lourenço Rodrigues (em “Subsídios para a História do Ensino em Campinas”, in *Monografia Histórica do Município de Campinas*, IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p.390-392), o padre Feijó trabalharia depois por quatro anos em São Paulo, voltado à Vila de São Carlos em 1812, quando além da língua portuguesa passou a ensinar francês, retórica e lógica. Em 1818 o religioso mudou para Itú, para integrar o grupo de professores do Colégio dos Padres do Patrocínio, dirigido pelo padre Jesuíno de Monte Carmelo.

Logo o padre Diogo Feijó se tornaria uma das principais lideranças políticas durante o Império, que se seguiu à Independência proclamada por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822. O padre Feijó foi eleito deputado e depois senador o Império por São Paulo, mas o momento de maior influência política ocorreu quando ele foi nomeado regente durante o período em que o príncipe D. Pedro II ainda não tinha idade suficiente para assumir o reinado do Brasil. Feijó foi derrubado do poder em 1837, pelos membros do Partido Conservador, mas entre 1841 e 1842 ele se tornaria um dos principais líderes da Revolução Liberal, que teve como palco principal o Interior de São Paulo, sobretudo no eixo Campinas-Sorocaba.

O objetivo dos liberais era depor o presidente da Província de São Paulo, o Barão de Monte Alegre. Em seu lugar seria indicado o Brigadeiro Tobias. Os primeiros movimentos da Revolução Liberal aconteceram em Sorocaba e depois seguiram para Campinas. O padre Feijó era o responsável pela edição, em Sorocaba, do jornal “O Paulista”, junto com outros membros do Partido Liberal.

A motivação ideológica da Revolução Liberal era a reação contra uma série de atos do governo monárquico, então controlado pelos conservadores que haviam tirado Feijó e os liberais do poder central, no Rio de Janeiro. O governo conservador tinha proposto uma reforma judiciária que criava o Conselho de Estado. As reformas eram consideradas como autoritárias e anticonstitucionais pelos liberais.

O Combate de Venda Grande aconteceu nas proximidades do atual Campo dos Amarais, ao lado do aeroporto do mesmo nome e localizado na região do Complexo São Marcos. No começo do século 19 a área era conhecida como Engenho da Lagoa ou Sítio de Theodoro. Funcionou no local, durante certo período, uma venda de mantimentos muito popular na região. Esta é a origem do nome Venda Grande, pois o prédio da venda tinha grandes proporções.

Neste local, no início de junho de 1842, concentraram-se os revolucionários liderados pelo padre Feijó, já idoso mas que mantinha enorme prestígio junto aos opositores do governo monárquico. Muitos atuantes da Revolução Liberal desejam reformas mais profundas no Brasil, e o movimento é considerado precursor do movimento republicano que também teria Campinas com um de seus principais centros, no final do século 19.

Os revolucionários liberais reunidos na Venda Grande entraram em conflito armado, naquele junho de 1842, com as tropas governamentais comandadas em âmbito nacional pelo Barão, depois Duque de Caxias. Com poucos homens e poucas armas, os liberais que resistiam em Venda Grande foram esmagados pelas tropas enviadas pelo Barão de Monte Alegre.

Os acontecimentos do combate, ou batalha, de Venda Grande ficaram imortalizados na história pelo relato de Amador Bueno Machado Florence. Discípulo do padre Feijó, ele narrou o episódio em uma série de 14 crônicas, publicadas na “Gazeta de Campinas” entre 8 de junho e 16 de julho de 1882, quarenta anos depois, portanto, do episódio que marcou a Revolução Liberal.

Uma parte expressiva do relato é o momento em que Florence nomeia os mortos no combate: “o bravo e generoso Boaventura (do Amaral), deixando numerosa família; o valente e atrevido Antonio Joaquim Vianna; o destemido Nogueira, primo de Joaquim Bonifácio; o João Evangelista Monteiro, primeiro de Juca de Salles; o João Francisco, alfaiate, oficial do Cezarino e um camarada do Bittencourt, cujo nome não me ocorre”.

Estes são os heróis de Venda Grande. Em março de 1843 os líderes da Revolução Liberal foram anistiados. Mais de um século e meio depois um monumento em homenagem aos mortos no combate foi construído, no Cemitério dos Amarais, bem perto de onde ocorreu o episódio. Em junho de 2002, nos 160 anos do combate, a Câmara Municipal de Campinas editou uma publicação especial, com as crônicas escritas por Amador Bueno Machado Florence.

O combate de Venda Grande ajudou, nesse sentido, a construir a importante história de mobilização social e política da região do Complexo São Marcos. Outros fatos expressivos, ao longo do século 20, deram o perfil definitivo para essa simbólica região de Campinas.

Das hortas ao pólo tecnológico

A cultura da cana-de-açúcar foi substituída em Campinas e região, principalmente na segunda metade do século 19, pelas plantações de café. O “ouro negro”, como o café ficou conhecido na época, foi responsável pela consolidação de Campinas como uma das cidades mais ricas e importantes politicamente no Brasil. Muitos fazendeiros de café participaram do movimento que levou à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. O dinheiro acumulado com o café, por sua vez, financiou a construção de ferrovias e os primeiros passos do parque industrial campineiro.

Na primeira metade do século 20, a região do São Marcos ainda tinha um aspecto basicamente rural. Eram grandes fazendas que começavam a ser divididas, pequenos sítios e hortas, muitas hortas que foram decisivas para a instalação na região da Ceasa-Campinas, a quarta em comercialização de alimentos do Brasil. Pequenas indústrias também foram se instalando na região, até que uma série de episódios, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, ajudou a mudar completamente o panorama da região.

Uma das situações que definiram o perfil da região do São Marcos é sua vizinhança com o Município de Sumaré, para onde escorre o Ribeirão Quilombo. Sumaré foi um bairro rural e depois um distrito de Campinas, antes de sua autonomia administrativa e política e transformação em Município, em 1953.

Sumaré teve uma economia agrícola até o final da década de 1840, quando começou a instalação de grandes indústrias. A primeira foi a 3M, em 1946. Em 1948, com a pavimentação da Via Anhangüera, o distrito de Nova Veneza, que liderou a emancipação de Sumaré de Campinas, tornou-se muito atraente para novas indústrias, em razão da facilidade de transporte. Em seqüência foram instaladas a Tratores do Brasil (1953), Goodrich (1958), Eletrometal (1961), Minasa (1964) e, posteriormente, Granja Ito, Sanbra, Tema-Terra, Buckmann, Cobrasma-Braseixos e Johnson.

A instalação de várias indústrias importantes aconteceu de forma paralela a uma intensa e desordenada urbanização de Sumaré. A cidade, aliás, foi uma das que mais cresceram no Brasil no período de urbanização intensiva a partir da década de 1960, quando milhões de pessoas deixaram a zona rural e foram viver nas periferias das grandes

idades. Na década de 1970 Sumaré chegou a crescer a uma incrível média de 13,2% ao ano. A cidade só perdeu em crescimento populacional para Marabá, no Pará, onde a população cresceu a 17,5% ao ano, e também para Embu (SP), com 14,8%, e Ariquemes, em Rondônia, com 13,5%. Com esse enorme crescimento a população de Sumaré em 1980 já era de 101.872 pessoas, ou cinco vezes mais do que em 1970, de 23.054 moradores. A esmagadora maioria da população de Sumaré, portanto, passou a ser de migrantes de outros estados brasileiros e outras regiões de São Paulo.

Esse crescimento desordenado de Sumaré se refletiu na Região Norte de Campinas. Migrantes que acabaram não sendo absorvidos pelas indústrias instaladas em Sumaré passaram a morar em núcleos de favela que foram crescendo na região do São Marcos. Passou a haver um intercâmbio comunitário e cultural intenso entre essa região e bairros de Sumaré como o Matão.

Outros fatos foram dando o atual contorno da região São Marcos, e um dos mais decisivos foi a instalação da Unicamp no distrito de Barão Geraldo, na década de 1960. A história da Unicamp começou com a Lei Estadual 4.996, de 25 de novembro de 1958, criando a Faculdade de Ciências Médicas de Campinas. Durante anos a Faculdade funcionou na Maternidade e depois na Santa Casa de Campinas, no centro da cidade, até a sua transferência para o campus da Universidade, no final da década de 1970.

A Unicamp foi criada em 1962, a partir da Faculdade de Ciências Médicas, e em 1965 começou a instalação do campus, no distrito de Barão Geraldo, onde antes havia um canal. A instalação da Unicamp criou um novo eixo de crescimento populacional em Campinas, em direção à Região Norte. Uma consequência foi a elevação do preço da terra na região do distrito de Barão Geraldo. A população de baixa renda passou a ficar cada vez mais confinada aos núcleos de favela e de ocupação, geralmente situados em áreas de risco.

Outro resultado da implantação da Unicamp foi a posterior instalação de outros centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Com isso o distrito de Barão Geraldo, em áreas próximas ou no próprio Complexo São Marcos, passou a sediar um dos mais importantes pólos científicos e tecnológicos da América Latina. O pólo tecnológico reforçou a característica da região do São Marcos concentrar duas Campinas diferentes, a Campinas moderna, ligada no século 21, e a

Campinas que ainda mostra as heranças do período de exclusão da escravidão.

Centros de pesquisa em Barão Geraldo / São Marcos

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – Com cerca de 20 mil alunos, responde por aproximadamente 15% das pesquisas universitárias realizadas no País.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – Com mais de 60 anos de atividades, tem inserção crescente no mundo científico brasileiro.

Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) – Ligado originalmente ao Sistema Telebrás, hoje presta, como uma fundação, serviços a várias empresas na área de telecomunicações e outras.

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) - Responsável pela divulgação, entre os agricultores paulistas, de informações e técnicas atualizadas no setor.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Ligada ao Ministério da Agricultura, tem três centros de pesquisas na região, o de informática na agricultura fica no campus da Unicamp.

Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) – Uma das instituições mais tradicionais de pesquisas agrícolas na América Latina, com 114 anos de atuação. A Fazenda Santa Elisa, onde são realizadas pesquisas, está na região São Marcos.

Instituto de Tecnologia de Alimentos – Inovações em embalagens e conservação de produtos alimentícios são algumas das pesquisas realizadas pelo ITAL

Centro de Pesquisas Renato Archer – Sucede o Centro de Tecnologia para Informática (CTI), hoje desenvolve processos em Informática e

dá suporte a empresas do setor. O Centro está localizado na rodovia D.Pedro I, nas proximidades da Ceasa-Campinas.

Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – Localizado no campus da Unicamp, é o maior do hemisfério sul e recebe pesquisadores de todo País.

Não se pode esquecer que também está na região São Marcos a Escola Técnica de Campinas (Etecap), por onde passaram muitos profissionais das empresas localizadas na região. Na década de 1990 o distrito de Barão Geraldo recebeu duas outras instituições de ensino superior, a Faculdades de Campinas (Facamp) e um campus da Universidade de São Francisco (USF). Além de novas instituições de ensino e pesquisa, a região, na divisa com Sumaré, recebeu o Techno Park Campinas, um condomínio de empresas de alta tecnologia e do setor de serviços.

O Instituto Agrônômico e o ITAL

Duas instituições de pesquisa de Campinas têm uma ligação muito especial com a história da região São Marcos. São o Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) e o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL).

O IAC inaugurou a vocação de Campinas para a ciência e a tecnologia. O IAC foi instalado a 27 de junho de 1887, pelo Imperador D.Pedro II, como Estação Agrônômica Imperial. Em seus quase 116 anos de atividades, o IAC tornou-se uma referência internacional, tendo sido responsável pelas pesquisas dos principais produtos agrícolas consumidos por todos os brasileiros, como arroz, feijão e café.

A principal área de experimentação do IAC é a Fazenda Santa Elisa, localizada na região do Complexo São Marcos, nas proximidades do aeroporto dos Amarais e da área do Exército. Além das experiências agrícolas, a Fazenda Santa Elisa – um oásis de verde no meio da selva de concreto de Campinas – tem sido palco de importantes iniciativas em termos de proteção ambiental, que é uma condição básica para a qualidade de vida nas grandes cidades.

Ex-diretor do Centro Experimental de Herbicidas do IAC, Reinaldo Forster empenhou-se por exemplo na reconstituição fiel, em

uma área da Fazenda Santa Elisa, de um ambiente com vegetação de Cerrados, um dos ecossistemas mais ameaçados pela escalada da devastação, como ratificou o estudo do início da década de 1960.

Iniciativa mais ousada teve Hermes Moreira de Sousa, ligado à antiga Seção de Floricultura e Plantas Ornamentais do IAC. Ele foi o principal responsável pelo plantio na Fazenda Santa Elisa de uma mata com 3.500 espécies de árvores e 400 de palmeiras. Fruto de um trabalho de 40 anos, a mata tornou-se uma das principais coleções de árvores do Brasil, com uma impressionante biodiversidade. A área ficou conhecida como Mata do Monjolinho.

Em terras que eram da própria Fazenda Santa Elisa foi instalado, no início da década de 1970, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL). O ITAL tem sido responsável por importantes pesquisas no setor de alimentação, e teve um efeito importante para a vida da região do São Marcos. Depois de sua instalação foram criadas na região, especialmente no bairro do Santa Mônica, diversas pequenas indústrias do setor de alimentação. Tendo trabalhado nessas empresas, muitos moradores da região adquiriram noções de manipulação de alimentos manufaturados, o que garantiu a geração de renda em pequenos negócios depois que esses moradores também foram atingidos pelo fantasma do desemprego que avançou nos anos 90 no Brasil.

Ao lado das universidades, centros de pesquisa e das indústrias, outros fatores ajudaram a desenhar o cenário social e econômico do Complexo São Marcos. Um deles, importantíssimo, é a montagem da região de um dos mais importantes sistemas rodoviários do interior de São Paulo.

Depois da pavimentação da Via Anhangüera, em 1948, vieram a construção da Rodovia dos Bandeirantes, inaugurada em outubro de 1978, e principalmente da Rodovia D.Pedro I, inaugurada no início da década de 1970. A D.Pedro cortou ao meio a região do São Marcos, tornando-se uma barreira artificial entre os bairros São Marcos e Santa Mônica. A D.Pedro serviu como novo eixo indutor de crescimento na região, contribuindo para levar novas empresas e, também, muitos moradores, geralmente para as favelas e áreas de ocupação, diante da inexistência de uma política habitacional eficiente em Campinas e em toda região metropolitana.

Indústrias em Sumaré e Barão Geraldo, instalação da Unicamp e da PUC-Campinas, construção das Rodovias D.Pedro I e

Bandeirantes, implantação de pólos de pesquisa e ciência, proliferação de favelas e áreas de ocupação. O retrato da região do Complexo São Marcos ficou completo. É neste cenário que estão sendo desenvolvidos esforços envolvendo vários setores da comunidade, com o objetivo de responder a uma realidade desafiadora.

A mobilização da comunidade

Como em todas as grandes áreas metropolitanas, a maior parte da população da região do Complexo São Marcos é de migrantes. Vieram do Nordeste, de Minas Gerais, do Paraná e outras regiões de São Paulo. Foram atraídos pela promessa de empregos nas indústrias localizadas em Sumaré e em Campinas, duas das cidades que tão bem refletem a urbanização intensiva ocorrida no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. São em boa parte ex-agricultores ou no mínimo filhos de famílias com origem rural e, na cidade grande, passaram a trabalhar como pedreiros, carpinteiros, vendedores, entre outras atividades formais e informais. Um número menor conseguiu o emprego sonhado no setor industrial.

As seguidas crises econômicas no Brasil, que vieram em ciclos desde a primeira metade da década de 1980 – a Década Perdida, segundo os economistas, porque não houve crescimento econômico e do emprego no período – representaram um freio à urbanização. A ausência de políticas públicas eficientes na área habitacional, por sua vez, ajudou na multiplicação das favelas e das áreas de ocupação, que passaram a ser o local de moradia dos migrantes que não foram mais – ou nunca foram, na realidade – absorvidos pelo mercado de trabalho na *Eldorado* industrial.

Outro fantasma que passou a assustar foi o da violência. Com uma das mais altas rendas per capita do Brasil, Campinas tornou-se uma das cidades mais violentas do País. O assassinato do prefeito Antônio da Costa Santos, a 10 de setembro de 2001, foi o acontecimento que simbolizou com toda a sua crueldade o drama da violência na cidade.

HOMICÍDIOS EM CAMPINAS
1988 - 135
1991 - 263
1996 - 310
1997 - 407
1998 - 486
1999 - 530
2000 - 569
2001 - 609

Fonte: Correio Popular

O processo de exclusão social com certeza está na base das ondas de violência que colocaram a cidade, de uma forma muito negativa, nos noticiários da televisão e dos grandes jornais do Brasil e exterior. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio) mostraram a disparidade de renda existente entre os diferentes bairros e regiões de Campinas. A desigualdade tem sido, sem sombra de dúvidas, um elemento a estimular a violência nas áreas metropolitanas.

Média salarial do chefe da família por regiões de Campinas (em Salário Mínimo)

Norte - 7,32 SM
 Sul - 5,99 SM
 Leste - 11,02 SM
 Sudoeste - 4,21 SM
 Noroeste - 3,76 SM

Média salarial familiar em alguns bairros da cidade (em Salário Mínimo)

São Marcos/Amarais - 0,28
 Nova Mercedes - 0,29
 Campo Belo - 3,07
 Mauro Marcondes/Ouro Verde/Vista Alegre - 3,20
 San Martin - 3,83

Fazendinha/Santa Bárbara	- 3,97
São Fernando/Carlos Lourenço	- 4,05
DICs	- 4,08
Padre Anchieta	- 4,09
Real Parque	- 4,79
Jardim Garcia/Campos Elíseos	- 5,02
Sousas	- 5,05
Joaquim Egídio	- 5,13
São Quirino	- 7,39
Centro	- 9,74
Bosque	- 11,11
São Conrado	- 11,59
Primavera/Taquaral	- 11,99
Vila Brandina	- 16,01
Cambuí	- 17,56
Cidade Universitária	- 21,47
Nova Campinas	- 24,67
Notre Dame/Alto Nova Campinas/Gramado	- 33,03

No início de 2003, as altas carências da região do São Marcos foram confirmadas no estudo “Déficit Social nos Municípios Brasileiros: uma proposta de indicadores para diagnóstico e implementação de programas sociais emergenciais”. Elaborado pelo demógrafo Paulo de Martino Jannuzzi, professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelo mestrando em Estudos Populacionais e Pesquisa Social, Enrico Moreira Martignoni, o estudo faz um mapeamento da exclusão social em Campinas, a partir das informações do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

O estudo considerou a existência dos recursos e serviços existentes em uma determinada região, nas áreas de saúde, educação, saneamento e habitação, entre outras. De acordo com o ranking de carências sociais indicado no estudo, as favelas do Jardim Santa Mônica e do Jardim São Marcos são os locais de Campinas com pior condição em termos de recursos à disposição da população. Conforme a pontuação utilizada pelos pesquisadores para montar o ranking, a favela do Santa Mônica obteve 1602 pontos em termos de “Tamanho do

déficit social”. A favela do São Marcos, segunda pior colocada, alcançou 1188 pontos, e o terceiro local pior colocado foi a ocupação de Eldorado dos Carajás, com 1025 pontos. No outro extremo da tabela estão locais da região central e dos bairros Cambuí e Castelo, com um “Tamanho do déficit social” entre 1 e 4 pontos.

Os números confirmam que a região São Marcos é uma das que mais sofrem com a desigualdade e, também, com a violência em Campinas. Os seus bairros ficaram **estigmatizados** pela atuação de alguns grupos ligados ao narcotráfico, os seus moradores sofrem com o preconceito criado em relação a essas localidades.

Mas, de qualquer modo, a vida na cidade grande parece continuar exercendo fascínio e despertando esperanças de “uma vida melhor”. Em número bem menor, é verdade, como também ocorre em outras grandes cidades, que migrantes continuam chegando à periferia de Campinas, e a região do São Marcos não está fora dessa realidade.

São geralmente amigos e parentes de pessoas já estabelecidas, mesmo precariamente, nessas favelas e áreas de ocupação situadas ao lado de indústrias de alta tecnologia e de instituições de ensino e pesquisa “de Primeiro Mundo” como a Unicamp. É impressionante, por exemplo, o número de moradores do São Marcos, oriundos de Padre Paraíso, uma cidade localizada no norte de Minas Gerais, na região de Teófilo Otoni. Em Padre Paraíso esses mineiros que se tornaram campineiros viviam da pesca, de algumas atividades agrícolas e da extração mineral. Na grande cidade tomaram rumos totalmente diferentes.

Essa população numerosa, deslocada de suas origens, procura manter sua identidade de alguma forma. A música popular, as feijoadas e o futebol no final de semana são momentos e espaços para a manutenção dos laços de solidariedade e para a reprodução cultural. As atividades esportivas e de espetáculo no Aeroporto dos Amarais também costumam atrair muitos moradores, em uma região onde as oportunidades de lazer são precárias para a população de baixa renda.

Um fato interessante foi a instalação, em uma área do São Marcos entre a Rodovia D.Pedro I e o acesso ao bairro Matão, em Sumaré, de uma unidade do Serviço Nacional de Transportes (Senat). É um sinal de como a região tem sido importante em termos de transportes e de logística – vários armazéns e transportadoras estão situados nas proximidades.

É este o cenário social e econômico em que vivem os moradores da região São Marcos. É neste cenário que, nos últimos anos, várias iniciativas importantes, no sentido da organização comunitária, ajudaram a reforçar o sentimento da esperança e da confiança em um momento novo, de melhores condições de vida para a maioria da população.

Organizações não-governamentais expressivas estão atuando na região. São os casos do Grupo Primavera, da Associação Beneficente Direito de Ser, do núcleo da Associação Beneficente Campineira, Lar da Criança Feliz e União Cristã Feminina, todas entidades sociais filiadas à Fundação FEAC.

Criado em 1981, por um grupo de voluntários, liderado pelo casal Jane e John Sieh, o Grupo Primavera trabalha com a formação de valores e preparação para a cidadania de meninas da região do São Marcos, Santa Mônica e Jardim Campineiro. A entidade funcionou inicialmente em uma pequena sala do Posto de Saúde do São Marcos.

O Grupo Primavera cresceu, adquiriu sede própria e fez parceria com várias empresas de grande porte. Com algumas delas desenvolve, entre outros, o Programa Recicla, desenvolvido em três escolas da região do São Marcos: EE 31 de Março, do Jardim Santa Mônica, Escola Castinauta e EMEF Padre Narciso, no próprio Jardim São Marcos. O Recicla compreende várias atividades de educação ambiental com os alunos dessas escolas, a partir da coleta seletiva de resíduos.

No início do século 21 o Grupo Primavera passou a investir forte na preparação profissional de suas adolescentes, mas também de moradores da comunidade. Em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unicamp e a Fundação FEAC, desenvolve o PACTO, sigla de Preparando Adolescentes para o Colégio Técnico, uma espécie de cursinho para os jovens que não têm condições financeiras de freqüentar atividade semelhante em outra situação. Com recursos do BNDES o Grupo Primavera também estrutura um Centro de Educação para Empregabilidade. Várias oficinas já são oferecidas a moradores dos bairros da região.

Outro trabalho importante na região é desenvolvido pela Associação Beneficente Direito de Ser. Criada no início da década de 1990, por membros da Igreja Batista, a Direito de Ser oferece educação complementar à escola para crianças e adolescentes do Jardim Campineiro e outros bairros próximos. Um diferencial do Direito de

Ser é sua ênfase nas atividades culturais. Vários talentos em pintura foram despertados na entidade, onde grandes mestres como Van Gogh e Renoir são citados com frequência e muito conhecidos pelos alunos.

Na mesma linha de educação complementar atua o núcleo da Associação Beneficente Campineira (ABC), uma das mais antigas entidades sociais em atuação de Campinas. Ligada à Igreja Metodista, a ABC foi criada a 13 de junho de 1950. Farmácia popular e outros serviços passaram a ser oferecidos pela entidade, durante muitos anos liderada por Elisa Bittencourt. No início dos anos 90 a ABC instalou um núcleo na região do São Marcos, para trabalhar diretamente com a população de baixa renda da região.

O Lar da Criança Feliz, mantido pela Associação Beneficente 13 Pais, também está instalado na região. A entidade é um abrigo para crianças vítimas de violência, onde permanecem à espera de uma adoção ou de outra determinação judicial.

A União Cristã Feminina é outra entidade de destaque, sediada no Jardim Santa Mônica. Desenvolve entre outros o Programa de Atenção à Família, voltado para envolver as famílias dos mais de 200 usuários atendidos, de 4 a 12 anos.

O Comitê pela Democratização da Informática (CDI) e outras organizações não-governamentais significativas também atuam na região do Complexo São Marcos. A Fundação FEAC (Federação das Entidades Sociais de Campinas), que tem 110 entidades sociais filiadas e é considerada a principal organização da sociedade civil de promoção humana na cidade, desenvolve vários de seus projetos na região.

A Escola Estadual 31 de Março, no Jardim Santa Mônica, é uma das escolas que integram desde o início o Projeto Ame a Vida Sem Drogas, desenvolvido em parceria pela FEAC com o Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Grupo de Empresários Amigos da Criança (GEAC) e Federação Brasileira de Entidades Terapêuticas (Febract). O Ame a Vida Sem Drogas é desenvolvido à base de oficinas – de ginástica, ballet, teatro de bonecos, capoeira etc – oferecidas como meio de fortalecimento da auto-estima dos jovens e prevenção às drogas.

Na mesma região do São Marcos a Fundação FEAC desenvolve o projeto Ação Regional. A iniciativa visa a integração dos recursos sociais de uma região da cidade, como escolas, postos de saúde,

associações comunitárias, além das próprias entidades sociais. O objetivo é fortalecer a integração e multiplicar os resultados dos recursos existentes em uma região.

O esforço de integração está avançando no São Marcos com o Abraço Social. Promovido desde 1999, sempre no final de cada ano, o Abraço Social objetiva a integração dos diversos recursos sociais existentes na região. O Abraço Social consiste em atividades como feira cultural e outras nas áreas esportiva e histórica, com o propósito de reforçar o sentimento de identidade na região e contribuir para o ideal de unificação de forças e objetivos.

O IV Abraço Social, correspondendo à edição de 2002, foi realizado na Escola Estadual Professora Castinauta de Barros Mello e Albuquerque, com o tema “Reaprendendo a ser feliz”. Exibição de fanfarras e corais, gincana e várias outras atividades culturais (sapateado, peças teatrais, capoeira, conjunto de flautas) fizeram parte da programação, envolvendo escolas, entidades sociais, associações comunitárias e Igrejas, com apoio da Fundação FEAC.

Uma das instituições envolvidas com o Abraço Social é o Espaço Esperança, uma das organizações que mais simbolizam, a começar pelo próprio nome, os esforços que vêm sendo feitos para mudar a realidade de desafios na região do São Marcos. O Espaço Esperança é o local que passou a reunir vários serviços públicos prestados na região. Mantido pelo Município, o Espaço tem sofrido muito com as dificuldades inerentes ao poder público, mas a população continua lutando, no início do século 21, pela sua manutenção.

São múltiplas e consistentes, enfim, as ações voltadas para promover a cidadania na região do Complexo São Marcos. São todas iniciativas importantes e que já vêm obtendo resultados, mas a realidade da região é muito desafiadora, os indicadores sociais continuam baixos, o desemprego é alto, a violência também. Mudar esse quadro é o objetivo central das várias ações desenvolvidas na região, desde a segunda metade dos anos 90, em comum com os propósitos do Programa Municípios/Comunidades Saudáveis da OPAS/OMS.

Foto: Maria Lucia Rodrigues



IV Abraço Educativo-Social da Região Amaraís

Foto: Maria Lucia Rodrigues



Reunião do Projeto A Música como Intervenção Pedagógica, Social e Terapêutica, na CEMEI Aparecida Cassiolato, desenvolvido sob coordenação de Marlene Maria Caleffo Salvadori

O sonho da comunidade saudável

Os primeiros passos foram dados, na segunda administração de José Roberto Magalhães Teixeira (1993-1996), com a escolha do São Marcos como a região onde seriam concentrados os esforços para a implantação dos conceitos do Programa Municípios/Comunidades Saudáveis da OPAS/OMS, que haviam sido incorporados pelo Município de Campinas (ver Capítulo II). A escolha não foi casual nem fruto da decisão política de uma ou de poucas pessoas. A decisão tem muito a ver com a existência histórica na região de grupos organizados e de ações comunitárias consistentes, sempre apontando para a necessidade de transformação das estruturas injustas da sociedade.

Várias ações foram realizadas no período 1993-96, com a ampla participação de moradores e lideranças comunitárias da região. Foram basicamente encontros de sensibilização e de capacitação de moradores, com vistas à inserção em ações públicas e comunitárias voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. A experiência chegou a ser documentada no vídeo “Plano de Ação Intersetorial para o Complexo São Marcos”, com imagens e depoimentos de lideranças locais sobre o processo do Programa Municípios/Comunidades Saudáveis na região.

Foto: Maria Lucia Rodrigues



Apresentação da peça Pedro e o Lobo, com alunos da CEMEI Aparecida Cassiolato, como parte do mesmo projeto.

Também foi elaborado o Manual Técnico “O Processo de Planejamento da Ação Intersetorial – Relato da Experiência no Complexo São Marcos”, com a participação dos consultores que trabalharam na região, desenvolvendo uma metodologia de ação governamental/comunitária fundada nos princípios defendidos pela OPAS/OMS.

Algumas oficinas de trabalho foram promovidas na região para avançar na implantação dos conceitos e na preparação de agentes comunitários. Mas, o esforço que vinha sendo empreendido, sobretudo por parte do Município, foi prejudicado de alguma forma quando o Programa Municípios/Comunidades Saudáveis deixou de ser uma prioridade de governo na administração municipal de 1997-2000.

Com isso deixou de ser implantado, no período, na cidade, o Programa Saúde da Família, do governo federal. O Programa é baseado na formação de agentes comunitários que possam atuar como lideranças em ações de prevenção nas áreas de saúde e saneamento. Cada grupo de agentes e profissionais da saúde acompanha uma média de 1000 famílias de uma comunidade. São monitorados alguns indicadores básicos de saúde entre essa população e os agentes se encarregam de estimular ações de prevenção, que vão desde o incentivo a caminhadas para prevenir o estresse e a hipertensão, até a organização de encontros para se debater a questão da saúde em uma perspectiva ampla, envolvendo saneamento básico, habitação etc. Ou seja, o Programa Saúde da Família adota uma perspectiva muito próxima dos conceitos do Programa Municípios/Comunidades Saudáveis.

Por razões de ordem política, o Programa acabou não sendo implantado em Campinas na administração 1997-2000. Mas, ainda assim, o apoio da Secretaria Municipal de Saúde prosseguiu, e grande parte da manutenção dos esforços na região do São Marcos deve-se à atuação do IPES (Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade) e do apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp.

O IPES foi constituído em 1997, por um grupo de pesquisadores da Unicamp, PUC-Campinas e outras instituições, com o objetivo de intensificar os esforços de participação efetiva dos centros de ensino e pesquisa em ações de alcance comunitário. O IPES foi criado com a intenção de utilizar a metodologia da pesquisa associada à ação, ultrapassando os limites da pesquisa pura. Seria,

fundamentalmente, uma pesquisa comprometida com ações pensadas para um determinado território, uma base local, de acordo com os conceitos de geografia humana desenvolvidos por estudiosos como o geógrafo Milton Santos.

Com essa visão de atuação, o IPES promoveu, no dia 11 de novembro de 1997, na Unicamp, o I Simpósio Ciência e Sociedade: globalização e exclusão social, no qual foram aprofundados os debates sobre como a Universidade poderia contribuir de modo mais decisivo para transformar a realidade social da comunidade na qual ela está inserida. A região do São Marcos, situada no entorno dos campus da Unicamp e da PUC-Campinas, foi naturalmente indicado como o espaço nos quais os esforços do IPES seriam concentrados.

Durante os anos 1998-2000, o IPES procurou conhecer o trabalho dos equipamentos sociais e obter o apoio desses equipamentos e da Secretaria Municipal da Saúde para implantar o Programa Saúde na Família nesta região. Foi iniciado o treinamento de um pequeno grupo de voluntários para que eles pudessem atuar como Agentes Comunitários de Saúde, tendo por base um médico sediado em uma instituição social, porquanto os postos de Saúde regiam à idéia de implantação do Programa. O secretário municipal de Saúde da época – dr.Odair Albano – era favorável à idéia e, acatando proposta do IPES, elaborou projeto e obteve recursos da ordem de R\$ 400 mil do governo federal. Mas estes recursos tiveram que ser devolvidos, porque o Conselho Municipal de Saúde foi contra a implantação do Programa em Campinas.

O IPES submeteu então à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, órgão oficial que apóia e financia pesquisas científicas em São Paulo) um projeto de política pública para a região, preconizando a estratégia de formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) com atuação intersetorial e a sua incorporação a Núcleos de Trabalho e Pesquisa – NTP – para o desenvolvimento de pesquisas-ações nas áreas da saúde, educação e promoção social. O professor Gastão Wagner de Souza Campos, à época chefe do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, convidado a coordenar o projeto aceitou a incumbência. O projeto foi aprovado no segundo semestre de 2000 e cerca de três meses após o coordenador do projeto assumiu também a Secretaria Municipal da Saúde.

De fato, a nova administração municipal de Campinas, iniciada exatamente em 2001, implantou o Programa Saúde da Família e sinalizou um maior apoio às ações na linha do Programa Municípios/Comunidades Saudáveis, o que facilitou o estabelecimento de parcerias e convênios entre IPES, Unicamp, Serviço de Saúde Cândido Ferreira e Prefeitura de Campinas, para realização de cursos de extensão para formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Cursos de Especialização para as equipes de referência que cuidam da capacitação dos ACS.

Os agentes já tiveram uma atuação importante, sobretudo na campanha de prevenção à dengue na região. Nesse sentido, os agentes tiveram o apoio de um material pedagógico inovador, desenvolvido por uma parceria entre IPES, Unicamp e Secretaria Municipal da Saúde, que é um jogo de prevenção e combate à dengue, voltado para sensibilizar as comunidades. O “Jogo do Saber” foi concebido inicialmente para o Distrito Norte de Saúde de Campinas e depois foi distribuído pelo Ministério da Saúde-Fundação Nacional da Saúde (Funasa) para ações preventivas em outras regiões do Brasil.

Um novo passo adiante foi dado, no sentido da implantação dos princípios do Programa Municípios/Comunidades Saudáveis, com a estruturação do Centro de Educação de Trabalhadores na Saúde (CETS), mantido pelo governo municipal de Campinas como parte do Programa Paidea, de atenção primária à saúde, desenvolvido pela Prefeitura. A procura pelo preenchimento das 800 vagas abertas pela implantação do CETS foi impressionante. Nada menos do que 23 mil candidatos se inscreveram. Cerca de 10 a 15% dos candidatos, concorrendo a vagas correspondendo a um salário de cerca de R\$ 480 mais cesta básica, tinham nível superior de ensino.

A rede de agentes comunitários de saúde, ligada ao Programa Paidea, vem sendo fortalecida de modo permanente em Campinas desde então. No início de 2003, eram 513 agentes comunitários em 109 equipes, responsáveis por diferentes áreas geográficas de atuação.

Mas a ação dos pesquisadores do IPES e das demais organizações envolvidas não se resume à formação de agentes comunitários da saúde, uma dimensão agora fortalecida com a disposição da Prefeitura de Campinas em atuar fortemente nessa área. O IPES também está preocupado com ações em termos de Educação e de Geração de Renda. Uma Educação para a cidadania plena e ações

de Geração de Renda que permitam a inclusão social da população de uma região, a do São Marcos, com enormes índices de desemprego. É nesse sentido que boa parte dos esforços dos pesquisadores do IPES e da Unicamp, comprometidos com os conceitos do Programa Municípios/Comunidades Saudáveis, passou a ser direcionada para a divulgação das linhas da Economia Solidária.

Com uma Saúde entendida de forma ampla, uma Educação para a Cidadania e a difusão da Economia Solidária, o IPES entende que a região do São Marcos, situada próxima de um dos principais pólos científicos e tecnológicos da América Latina, tem todas condições de superar os enormes desafios sociais que tornam a sua população vítima do desemprego, das más condições de vida em geral e do estigma da violência. A Economia Solidária foi, de fato, um dos temas centrais discutidos no III Encontro Comunidade Saudável, realizado entre 5 e 8 de maio de 2003, na Unicamp.